



Grupo Caixa Geral de Depósitos

CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

Fundo Especial de Investimento Aberto

RELATÓRIO & CONTAS

1º Semestre 2008

ÍNDICE

AMBIENTE MACRO ECONÓMICO E MERCADOS FINANCEIROS	2
A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FIM EM PORTUGAL	5
RELATÓRIO DE GESTÃO	6
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8

EM ANEXO:

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

AMBIENTE MACRO ECONÓMICO E MERCADOS FINANCEIROS

A Conjuntura Económica

As incertezas provenientes do mercado de crédito, o abrandamento do mercado habitacional nos EUA e o aumento significativo dos preços das matérias primas, em particular do petróleo, tiveram um forte impacto ao longo do primeiro semestre do ano, quer ao nível do crescimento económico, quer ao nível da confiança dos agentes económicos.

Nas economias industrializadas, apesar dos sinais notórios de deterioração do consumo, e em alguma medida do investimento, não se produziu ainda um ajustamento que possa ser caracterizado como recessivo. Nas economias emergentes, o abrandamento foi menos notório. Estas economias continuaram a beneficiar dos sólidos influxos de capital, das políticas monetárias expansionistas, e do nível elevado do preço da maioria das matérias-primas, no caso dos países que são exportadores destes bens. Comum a ambos os blocos esteve a aceleração da inflação, resultado do agravamento dos preços dos bens alimentares e, sobretudo, do petróleo.

A economia americana voltou a transmitir durante o primeiro semestre do ano sinais de abrandamento económico, com destaque para o aumento da taxa de desemprego e para a contracção da actividade industrial. O aumento do número de casas para venda continuou a alimentar o pessimismo quanto ao comportamento do investimento residencial. Apesar disso, e da forte queda dos indicadores de confiança dos consumidores, a devolução extraordinária de impostos tem permitido que os indicadores mensais de consumo das famílias continuem positivos.

Na Zona Euro, após um crescimento positivo da actividade económica durante os primeiros três meses do ano, em parte suportado por factores climatéricos, os indicadores económicos divulgados a partir daí apontaram inequivocamente para um cenário de menor expansão económica. Sublinhe-se, nesse sentido, a descida, uma vez mais, do nível de confiança dos consumidores, os quais passaram a registar o valor mais baixo dos últimos cinco anos. Para tal contribuiu, também, o crescimento homólogo da inflação que encerrou o semestre no nível mais elevado desde 1992, muito acima do objectivo estabelecido pelo banco central.

No Japão destacou-se igualmente o comportamento de subida dos preços no consumidor, a par de uma desaceleração da actividade económica. O Banco Central Japonês optou, em função da deterioração das expectativas quanto ao crescimento futuro, por manter inalterada a sua taxa de referência, actualmente nos 0.50%.

Ainda relativamente à Ásia, a economia chinesa continuou a apresentar uma expansão sólida, embora inferior à do semestre anterior. Relatórios respeitantes ao consumo, actividade industrial e crescimento das exportações apresentaram, ainda assim, ganhos acima do previsto. O acréscimo das pressões inflacionistas levou o Banco Central Chinês a aumentar ao longo do semestre o valor das reservas legais, com o intuito de obter um crescimento mais sustentado.

Em Portugal, o crescimento económico continuou sem mostrar uma retoma significativa. Registou-se inclusive uma contracção trimestral da actividade económica de 0,8%, anualizado, referente ainda ao primeiro trimestre de 2008, devido a uma quebra do investimento residencial e da procura externa. Embora a taxa de desemprego tenha registado uma ligeira melhoria, a descida de 8,0% para 7,6% deixa-a ainda próximo dos níveis mais elevados das últimas duas décadas. A confiança dos consumidores manteve a tendência de descida, atingindo o mínimo desde 2003. A inflação, em termos homólogos, conheceu uma aceleração para 3.4% homólogos no final de Junho, mais 0,5 pontos percentuais do que o verificado em Dezembro último.

Mercado Monetário

O Banco Central Europeu (BCE) optou por manter inalteradas as respectivas taxas de juro directoras durante o referido período, reconhecendo a intensificação dos riscos negativos para o crescimento económico. As taxas de mercado mantiveram uma trajetória de subida durante os seis primeiros meses de 2008, tendo encerrado o mês de Junho nos níveis mais elevados dos últimos sete anos.

Mercado Accionista

O mercado accionista apresentou, durante o primeiro semestre do ano, um comportamento negativo, apesar do anúncio de diversas medidas por parte dos bancos centrais com o intuito de aumentar a liquidez e restaurar maior confiança nos mercados. A quebra significativa dos principais índices bolsistas esteve associada aos crescentes receios de recessão da economia americana e posteriores consequências para a economia mundial, ao mesmo tempo que se intensificaram as notícias negativas de perdas que diversas instituições financeiras continuaram a incorrer associadas ao mercado habitacional norte americano. A tendência de depreciação do dólar e a contínua escalada do preço do petróleo a que se assistiu no 1º trimestre, e os seus efeitos sobre a inflação, contribuíram para o pessimismo reinante, agravando o cenário menos positivo para este 'mercado'. As praças europeias encerraram o trimestre nos níveis mais baixos dos últimos dois anos e meio.

No período em análise, apenas um sector no mercado accionista europeu registou uma valorização positiva: Recursos Básicos (15.61%). Os sectores com desempenho mais negativo corresponderam a Banca (-32.76%), Automóveis (-29.69%) e Retalho (-29.34%). O mercado europeu caiu cerca de 23.2% no primeiro semestre. Em Portugal, o PSI20, principal índice accionista nacional, registou uma desvalorização ainda mais acentuada: 31.6%.

Mercado Taxa de Juro

As perspectivas negativas para o crescimento económico, e a incerteza que continuou a caracterizar os mercados de activos de risco (acções e crédito) levaram o mercado obrigacionista a apresentar uma valorização durante a primeira metade do semestre. A tendência de descida de *yields* foi em grande

parte revertida durante o segundo trimestre, consequência do aumento da inflação presente e das expectativas de evolução futura dos níveis de preços. Enquanto o mercado americano encerrou o semestre com uma valorização, o mercado obrigacionista europeu registou, pelo contrário, uma desvalorização, com as respectivas taxas a encerrarem o semestre no nível mais elevado do último ano.

Mercado de Credito

O mercado de crédito sofreu desvalorizações significativas ao longo deste ano, nunca registadas na história de algumas classes de activos nomeadamente securitizações. A crise no mercado imobiliário nos US com consequências ao nível do crescimento mundial vieram ditar um semestre de forte volatilidade para o mercado de crédito. A forte aversão ao risco associada à contracção na cedência de crédito provocou a aceleração do processo da desalavancagem que se tinha iniciado em 2007, provocando vendas maciças nesta classe de activos.

Os problemas no sector financeiro com os bancos a apresentarem perdas elevadas nas suas posições em crédito estruturado vieram pressionar em particular os spreads neste sector. A intervenção dos bancos centrais foi crucial para impedir a falência de um dos maiores bancos de investimento americanos, o Bear Stearns e consequente melhoria das condições de liquidez neste sector.

Mercado Cambial

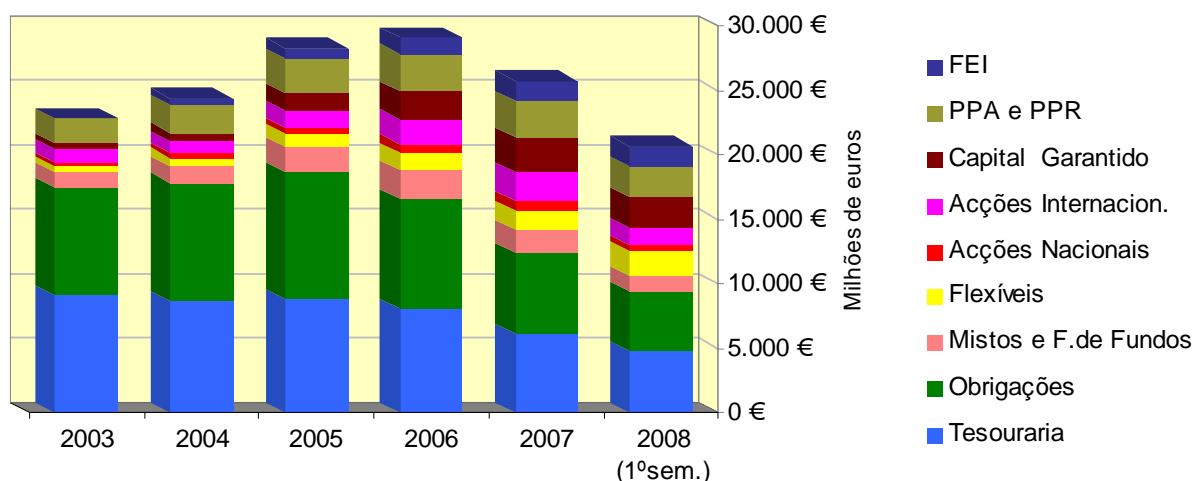
A moeda única europeia registou no primeiro semestre uma apreciação de 8.0% face ao dólar, um ganho obtido na totalidade ao longo da primeira metade do referido período. O euro permaneceu perto dos valores máximos face ao dólar, suportado quer pela divulgação de indicadores económicos positivos na Zona Euro em comparação com os EUA, quer pelos indícios crescentes por parte do BCE de que poderia decretar um aumento das suas taxas directoras. Quando comparado com igual período homólogo do ano transacto, a moeda europeia conheceu uma apreciação de cerca de 13.4%.

A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FIM EM PORTUGAL

O mercado de fundos de investimento mobiliário português registou uma diminuição acentuada dos montantes geridos durante o primeiro semestre de 2008. Em 30 de Junho o valor dos activos geridos pelo conjunto das sociedades gestoras portuguesas situava-se em 20.675 Milhões de Euros (M€), o que correspondeu a uma diminuição de 20% face aos valores de início do ano.

A diminuição dos montantes sob gestão foi mais acentuada nalgumas categorias de fundos mobiliários. Desde o início do ano, os Fundos de Acções baixaram 37%, a categoria dos Fundos de Fundos & Mistos perdeu 27% do volume e os Fundos de Obrigações e de Tesouraria – que representam cerca de 50% do mercado de Fundos português – diminuíram 3104 M€ (25%). Apenas as categorias dos Fundos Flexíveis e dos Fundos Especiais de Investimento (FEI) registaram variações positivas.

MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Fonte: APFIPP

Durante o primeiro semestre de 2008 foram constituídos 14 novos fundos (principalmente Fundos Especiais de Investimento) e liquidados 13 fundos (maioritariamente Fundos de Capital Garantido), elevando para 291 o número de fundos mobiliários portugueses em actividade.

No final do Junho de 2008, as cinco maiores sociedades gestoras de fundos mobiliários portuguesas concentravam 87,5% do mercado. A Caixagest registou uma evolução negativa no montante sob gestão de 1.249 M€, mantendo a liderança na quota de mercado com 23,2% em Junho de 2008.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Caracterização do Fundo

O Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua actividade como Fundo Especial de Investimento Aberto em 24 de Outubro de 2005. Sendo comercializado na CGD, este Fundo destina-se a investidores que pretendem fazer aplicações a longo prazo superiores a 5.000 €, com capitalização dos rendimentos gerados.

O património do Fundo será composto por unidades de participação de fundos, e por outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Activos “carbon”.

Estratégia de Investimento

Ao longo do primeiro semestre de 2008 o fundo procurou aumentar a exposição a fundos com objectivos de retorno absoluto, em detrimento de investimentos mais direccionais em fundos de acções. Esta decisão surge na sequência da visão mais negativa para os mercados accionistas e da tentativa de diversificar a carteira do fundo.

O fundo procurou ainda captar retorno através de investimentos em temas que beneficiam indirectamente do crescimento do segmento das energias renováveis, sendo o investimento no mercado das matérias-primas agrícolas, que beneficiam da crescente procura por bio-combustíveis, o exemplo mais claro deste movimento.

Os mercados de acções de energias renováveis encerraram o semestre com uma performance negativa, com o índice Wilderhill New Energy Global a perder 12.8%, acompanhando a fraca performance dos mercados accionistas mundiais. O adiamento da extensão de subsídios estatais nos EUA, que são atribuídos às empresas que operam neste sector, e as alterações de legislação esperadas para o mercado espanhol, e que terá um impacto negativo nos investimentos em energias renováveis realizados a partir de Outubro deste ano, colocaram alguma pressão neste sector. A exposição ao segmento accionista foi a principal razão pela performance negativa do fundo no primeiro semestre do ano.

Apesar da crise de liquidez que tem assolado os mercados financeiros, o segmento de private equity para projectos de energias renováveis, continua a receber volumes de investimento muito fortes provando que este tema permanece com elevado potencial de crescimento. O crescente interesse e preocupação com as emissões de gases poluentes de países como os EUA tem aumentado as expectativas quanto à evolução do mercado de licenças de carbono. Este mercado encontra-se bastante desenvolvido a nível europeu e começa agora a dar os primeiros passos no continente norte-americano.

Na componente de retorno absoluto, apesar do crescente leque de escolhas que começam a surgir, existem ainda algumas limitações nos hedge funds que operam neste espaço, pelo que o fundo continuará a analisar e acompanhar as hipóteses de investimento existentes. O fundo pretende aumentar a componente de fundos de retorno absoluto em energias renováveis, com o intuito de diversificar os seus investimentos e reduzir a correlação com os mercados accionistas.

Avaliação do desempenho

No 1º semestre de 2008, o valor da carteira do Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 58.477.817 €, distribuídos por 10.056.646 unidades de participação. Desde 30 de Junho de 2007, o Fundo registou uma rentabilidade líquida anual de - 1,10% e uma volatilidade de 9,03%.

Rendibilidade e Risco Históricos

Anos	Rendibilidade	Classe de Risco
2006	4,28%	3
2007	12,75%	4
Junho 07/Junho 08	- 1,10%	3

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)

Fonte: Apfipp

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2008			2007		CAPITAL DO FUNDO E PASSIVO	Notas	2008	2007
		Activo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Activo líquido	Activo líquido				
CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO FUNDO			
Unidades de participação	3	43,549,647	3,246,464	(483,118)	46,312,993	38,582,997	Unidades de participação	1	50,283,230	34,850,535
Acções	3	2,747,600	-	(170,300)	2,577,300	-	Variações patrimoniais	1	3,260,325	933,120
		<u>46,297,247</u>	<u>3,246,464</u>	<u>(653,418)</u>	<u>48,890,293</u>	<u>38,582,997</u>	Resultados transitados	1	5,619,262	1,462,461
							Resultado líquido do período	1	(685,000)	3,861,917
									<u>58,477,817</u>	<u>41,108,033</u>
DISPONIBILIDADES							TERCEIROS			
Depósitos à ordem	3	3,891,410	-	-	3,891,410	2,662,879	Comissões a pagar		68,622	44,685
Depósitos a prazo e com pré-aviso	3	6,000,000	-	-	6,000,000	-	Outras contas de credores	17	452,414	97,200
		<u>9,891,410</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9,891,410</u>	<u>2,662,879</u>			<u>521,036</u>	<u>141,885</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS										
Acréscimos de proveitos		36,093	-	-	36,093	-				
Outros acréscimos e diferimentos	11	181,057	-	-	181,057	4,042				
		<u>217,150</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>217,150</u>	<u>4,042</u>				
Total do Activo		<u>56,405,807</u>	<u>3,246,464</u>	<u>(653,418)</u>	<u>58,998,853</u>	<u>41,249,918</u>	Total do Capital do Fundo e do Passivo		<u>58,998,853</u>	<u>41,249,918</u>
Número total de unidades de participação em circulação	1				10,056,646	6,970,107	Valor unitário da unidade de participação	1	5.8148	5.8978

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2008.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

<u>DIREITOS SOBRE TERCEIROS</u>				<u>RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS</u>			
	<u>Notas</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>		<u>Notas</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Operações cambiais				Operações cambiais			
A prazo (Forwards cambiais)	11	9,383,596	-	A prazo (Forwards cambiais)	11	9,350,708	-
Total dos Direitos		<u>9,383,596</u>	<u>-</u>	Total das Responsabilidades		<u>9,350,708</u>	<u>-</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2008.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

<u>CUSTOS</u>	<u>Notas</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>PROVEITOS</u>	<u>Notas</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
Comissões:				Juros e proveitos equiparados:			
Da carteira de títulos		923	-	Da carteira de títulos		1,535	-
Outras, de operações correntes	15	390,867	246,194	Outros, de operações correntes		274,367	13,873
Perdas em operações financeiras:				Rendimento de títulos		210,887	11,664
Na carteira de títulos		5,825,904	774,866	Ganhos em operações financeiras:			
Em operações extrapatrimoniais		609,223	-	Na carteira de títulos		5,392,162	4,669,633
Impostos:				Em operações extrapatrimoniais		<u>391,286</u>	<u>239,254</u>
Impostos sobre o rendimento	9	146,576	64,567			<u>6,270,237</u>	<u>4,934,424</u>
Impostos indirectos	9	33	-				
Outros custos e perdas correntes	15	143	663	PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
		<u>6,973,669</u>	<u>1,086,290</u>	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		18,604	16,603
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS							
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		172	2,820				
Resultado líquido do período		(685,000)	3,861,917			<u>6,288,841</u>	<u>4,951,027</u>
		<u>6,288,841</u>	<u>4,951,027</u>				

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS

EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	12,134,770	11,544,607
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	(4,379,451)	(9,071,699)
Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo	<u>7,755,319</u>	<u>2,472,908</u>
 <u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS</u>		
Recebimentos:		
Vendas de títulos	2,020,350	-
Resgates de unidades de participação	9,999,949	4,501,108
Rendimento de títulos	152,274	132,065
Juros e proveitos similares recebidos	77,633	-
Pagamentos:		
Compra de títulos	(1,111,250)	-
Subscrições de unidades de participação	(20,777,976)	(9,999,988)
Comissões de corretagem	(287)	-
Outras taxas e comissões	(101)	-
Fluxo das operações da carteira de títulos	<u>(9,639,408)</u>	<u>(5,366,815)</u>
 <u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos:		
Operações cambiais	28,433,416	4,219
Pagamentos:		
Operações cambiais	(28,203,047)	-
Fluxo das operações a prazo e de divisas	<u>230,369</u>	<u>4,219</u>
 <u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	235,475	12,382
Vencimento de depósitos a prazo e com pré aviso	16,500,000	-
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(347,835)	(198,551)
Comissão de depositário	(24,845)	(23,602)
Impostos e taxas	(784,642)	(48,400)
Constituição de depósitos a prazo e com pré aviso	(13,000,000)	-
Outros	(1,525)	(1,911)
Fluxo das operações de gestão corrente	<u>2,576,628</u>	<u>(260,082)</u>
 <u>OPERAÇÕES EVENTUAIS</u>		
Recebimentos:		
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores	58,080	51,601
Fluxo das operações eventuais	<u>58,080</u>	<u>51,601</u>
 Depósitos à ordem no início do período	2,910,422	(3,098,169)
Saldo dos fluxos monetários do período	980,988	5,761,048
Depósitos à ordem no fim do período	<u>3,891,410</u>	<u>2,662,879</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008.

INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento Aberto "Caixagest Energias Renováveis" (adiante igualmente designado por "Fundo"), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objecto o investimento em unidades de participação de fundos e de outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das energias renováveis, qualidade do ambiente e activos *carbon*.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são exigidas para efeito do anexo às contas semestrais, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, foi como segue:

	Saldo em 31.12.2007	Subscrições	Resgates	Transferências	Resultado líquido do período	Saldo em 30.06.2008
Valor base	43.288.250	10.856.310	(3.861.330)	-	-	50.283.230
Diferença para o valor base	2.499.986	1.278.460	(518.121)	-	-	3.260.325
Resultados transitados	1.462.461	-	-	4.156.801	-	5.619.262
Resultado líquido do período	4.156.801	-	-	(4.156.801)	(685.000)	(685.000)
	<u>51.407.498</u>	<u>12.134.770</u>	<u>(4.379.451)</u>	<u>-</u>	<u>(685.000)</u>	<u>58.477.817</u>
Número de unidades de participação em circulação	<u>8.657.650</u>	<u>2.171.262</u>	<u>(772.266)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.056.646</u>
Valor unitário da unidade de participação	<u>5,9378</u>	<u>5,5888</u>	<u>5,6709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5,8148</u>

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada mês do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, foi o seguinte:

Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
Janeiro	48.770.667	5,6015	8.706.686
Fevereiro	56.799.295	5,6526	10.048.278
Março	58.059.081	5,5553	10.451.062
Abril	58.256.983	5,6372	10.334.321
Maior	59.178.580	5,8049	10.194.505
Junho	58.477.817	5,8148	10.056.646

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2008, o número de participantes em função do Valor Líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

Entre 2% e 5%	1
Entre 0,5% e 2%	3
Até 0,5%	3.282

Total de participantes	3.286
	=====

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de Junho de 2008, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Mais- -valias</u>	<u>Menos- -valias</u>	<u>Valor da carteira</u>
Valores Mobiliários Cotados:				
Mercado de Bolsa Nacional				
Acções				
- EDP Renováveis	<u>1.475.600</u>	<u>-</u>	<u>(79.100)</u>	<u>1.396.500</u>
Mercado de Bolsa de Estados Membros UE				
Acções				
- IBERDROLA RENOVABLES	<u>1.272.000</u>	<u>-</u>	<u>(91.200)</u>	<u>1.180.800</u>
Outros valores:				
Valores mobiliários nacionais não cotados				
Unidades de participação				
- FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	4.500.000	411.784	-	4.911.784
- Luso Carbon Fund	2.500.000	341.232	-	2.841.232
- FLORESTA ATLÂNTICA	<u>1.400.000</u>	<u>4.612</u>	<u>-</u>	<u>1.404.612</u>
	<u>8.400.000</u>	<u>757.628</u>	<u>-</u>	<u>9.157.628</u>
Unidades de participação:				
OIC domiciliados em Estado Membro UE				
- NOVEENERGIA II 2010	7.500.000	925.036	-	8.425.036
- SCHRODER AGRICULTURE	3.999.949	647.245	-	4.647.194
- ALLIANZ DIT GLB ECTR	3.460.356	-	(33.600)	3.426.756
- ZEPHYR COM.CL B	3.000.000	75.918	-	3.075.918
- PF - WATER I	2.936.720	-	(195.907)	2.740.813
- MLIIF-NEW ENERGY A2	2.272.537	-	(167.267)	2.105.270
- EUROPEAN CARBON FUND	1.375.000	651.402	-	2.026.402
- Kenm G Resou P 0308	1.903.070	-	(27.632)	1.875.438
- AGF MULTI ALTERNATIV	<u>1.000.000</u>	<u>9.588</u>	<u>-</u>	<u>1.009.588</u>
	<u>27.447.632</u>	<u>2.309.189</u>	<u>(424.406)</u>	<u>29.332.415</u>
OIC domiciliados em Estado Não Membro UE				
- BABCOCK & BROWN WIND	4.213.053	179.647	-	4.392.700
- RMF Delta Environmen	<u>3.488.962</u>	<u>-</u>	<u>(58.712)</u>	<u>3.430.250</u>
	<u>7.702.015</u>	<u>179.647</u>	<u>(58.712)</u>	<u>7.822.950</u>
	<u>46.297.247</u>	<u>3.246.464</u>	<u>(653.418)</u>	<u>48.890.293</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, foi o seguinte:

	<u>Depósitos à ordem</u>	<u>Depósitos a prazo e com pré-aviso</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	980.988	9.500.000	10.480.988
. Aumentos	2.910.422	13.000.000	15.910.422
. Reduções	-	(16.500.000)	(16.500.000)
Saldos em 30 de Junho de 2008	<u>3.891.410</u>	<u>6.000.000</u>	<u>9.891.410</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2008, os depósitos à ordem encontram-se domiciliados na CGD, e apresentam a seguinte composição por moeda de origem:

<u>Moeda</u>	<u>Montante na moeda original</u>	<u>Contravalor em Euros</u>
EUR	3.608.066	3.608.066
AUD	463.863	283.344

		3.891.410
		=====

Em 30 de Junho de 2008, os depósitos à ordem denominados em Euros eram remunerados à taxa anual bruta de 4,33%.

Na mesma data, os depósitos a prazo encontram-se domiciliados na CGD, vencendo juros à taxa média anual bruta de 4,99%. Os depósitos a prazo têm vencimento a três meses.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do período na rubrica "Impostos sobre o rendimento" (Nota 9).

b) Carteira de títulos

As unidades de participação em carteira são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe divulgam, no mínimo trimestralmente, o valor das respectivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfasamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 180 dias.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas anteriormente, são reconhecidas na demonstração dos resultados do período nas rubricas de "Ganhos/Perdas em operações financeiras na carteira de títulos", por contrapartida das rubricas "Mais-valias" e "Menos-valias" do activo.

Para efeitos de determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Os rendimentos distribuídos pelos fundos nos quais o Fundo detém unidades de participação são registados como proveitos na rubrica "Rendimento de títulos" no período em que são recebidos ou quando a sociedade gestora procede à sua divulgação.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de não ser um dia útil) e no final de cada mês dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do Fundo.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

d) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo, a título de remuneração pelos serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas mensalmente, por aplicação de uma taxa fixa anual de 1,4% para a comissão de gestão e de 0,1% para a comissão de depositário, sobre o valor diário do património líquido do Fundo, excluído do valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela Sociedade Gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de grupo.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas mensalmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica "Comissões - Outras, de operações correntes".

e) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do Fundo no final de cada mês. Em 30 de Junho de 2008, esta taxa ascendia a 0,03%. Sempre que o resultado obtido seja inferior a 200 Euros ou superior a 20.000 Euros, a taxa mensal devida, corresponderá a um desses limites.

f) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em Euros, com base nos câmbios oficiais de divisas divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço. As diferenças resultantes da reavaliação cambial são reflectidas na demonstração dos resultados do período.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira são registados no período em que ocorrem.

Os contratos de fixação de câmbio são reavaliados com base nas taxas de juro em vigor para as diferentes moedas e prazos residuais das operações, sendo as mais e menos valias apuradas e registadas na demonstração dos resultados do período nas rubricas de "Ganhos ou Perdas em operações financeiras – Em operações extrapatrimoniais", por contrapartida das rubricas de "Acréscimos e diferimentos", do activo ou do passivo.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos especiais de investimento constituídos sobre a forma de fundos de fundos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRC, com excepção dos rendimentos de unidades de participação de fundos não constituídos de acordo com a legislação nacional e os juros dos depósitos à ordem, os quais são tributados às taxas de 20%.

O Fundo apenas regista imposto sobre os ganhos efectivos obtidos em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros no momento do seu resgate, não registando qualquer imposto sobre ganhos potenciais líquidos.

Os ganhos realizados em operações cambiais a prazo são tributados à taxa de 20%, quando obtidos em território nacional, e à taxa de 25%, quando resultem de operações com não residentes. Os ganhos para efeitos fiscais são calculados com base na diferença entre as taxas spot e forward contratadas no início das operações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Imposto sobre o rendimento:		
· Impostos pagos em Portugal:		
- Juros de depósitos à ordem		28.606
- Juros de depósitos a prazo e com pré-aviso		26.267
- Ganhos em unidades de participação		25.563
- Rendimento de unidades de participação		3.351
- Ganhos em operações cambiais a prazo		4.242
- Juros de bilhetes do tesouro		307
· Impostos pagos no estrangeiro:		
- Rendimento de unidades de participação		58.240

		146.576
Impostos indirectos pagos em Portugal - Imposto do Selo		33

		146.609
		=====

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de Junho de 2008, o Fundo detém os seguintes activos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	Posição cambial					Total	Posição global
	À Vista	Futuros	Forwards	Swaps	Opções		
AUD	7.814.815	-	(7.000.000)	-	-	(7.000.000)	814.815
USD	8.363.886	-	(8.000.000)	-	-	(8.000.000)	363.886
Contravalor em Euros	<u>10.079.260</u>	<u>-</u>	<u>(9.350.708)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.350.708)</u>	<u>728.552</u>

Em 30 de Junho de 2008, a rubrica "Outros acréscimos e diferimentos – Activo", inclui o efeito da reavaliação dos contratos a prazo em vigor no montante de 36.490 Euros.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, apresentam o seguinte detalhe:

Custos	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo
Comissão de gestão:		
Componente fixa	355.268	0,6394%
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	25.376	0,0457%
Taxa de supervisão	10.223	0,0184%
	<u>390.867</u>	
Outros	143	0,0003%
Comissões e taxas indirectas	406.045	0,7308%
	<u>797.055</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	55.560.915	
Taxa global de custos (TGC)	1,4346%	

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2008, a rubrica “Comissões e taxas indirectas” apresenta o seguinte detalhe:

FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	94.365
NOVEENERGIA II 2010	69.710
RMF Delta Environmen	42.004
Luso Carbon Fund	35.678
ZEPHYR COM.CL B	32.743
SCHRODER AGRICULTURE	25.323
EUROPEAN CARBON FUND	23.332
Outros	82.890

	406.045
	=====

17. OUTRAS CONTAS DE CREDORES

Em 30 de Junho de 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Operações de bolsa a regularizar	364.918
Impostos a regularizar	87.402
Outros	94

	452.414
	=====

A rubrica “Operações de bolsa a regularizar” corresponde ao montante a pagar resultante da compra de títulos cuja liquidação financeira ainda não tinha ocorrido à data do balanço.

A rubrica de “Impostos a regularizar” corresponde ao imposto a pagar relativo aos rendimentos obtidos fora do território português no decurso do primeiro semestre do ano, o qual será liquidado até ao final do mês de Abril do ano seguinte, em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

**FUNDO ESPECIAL DE
INVESTIMENTO ABERTO**

**“CAIXAGEST ENERGIAS
RENOVÁVEIS”**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO
DE 2008 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE
REVISÃO LIMITADA**

Agosto de 2008

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008 do Fundo Especial de Investimento Aberto "Caixagest Energias Renováveis" (Fundo), gerido pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Sociedade Gestora), incluída no relatório de gestão, no balanço (que evidencia um total de 58.998.853 Euros e um total de capital do Fundo de 58.477.817 Euros, incluindo um resultado líquido negativo do período de 685.000 Euros), nas demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, são as que constam dos registos contabilísticos do Fundo.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira acima referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e nas Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo sido planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever, para os aspectos materialmente relevantes: (i) o suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo; (iv) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos no regulamento de gestão do Fundo; (v) a verificação do controlo sobre eventuais operações efectuadas fora de bolsa; (vi) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do Fundo; (vii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; (viii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (ix) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do Fundo Especial de Investimento Aberto "Caixagest Energias Renováveis" relativa ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e que, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Página 3 de 3

Ênfase

9. Nos termos do Regulamento nº 16/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Fundo não procedeu ao registo do imposto sobre as mais valias potenciais em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros. A nossa estimativa do impacto desta situação aponta para que, com referência a 30 de Junho de 2008, o referido imposto ascenda a, aproximadamente, 498.000 Euros.

Lisboa, 20 de Agosto de 2008



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães